



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

1.º DE MARÇO DE 1979

INTRODUÇÃO À MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Cumprindo preceito legal, tenho mais uma vez a honra de submeter ao Congresso Nacional esta Mensagem em que se registram os resultados alcançados pelo Governo, nas várias esferas de sua atividade político-administrativa, durante o ano findo de 1978.

Em se tratando do último relatório desse tipo que me cabe apresentar, pois se exaure a curto prazo o mandato presidencial a mim deferido, natural é que, a par dos dados relativos àquele ano, se recapitem aqui indicadores globais do que foi possível realizar em todo o período 1974-1979.

Por mais que possam estar aquém dos projetos iniciais, frustrados em parte por contingências negativas de uma conjuntura que, tanto no plano interno como, sobretudo, no âmbito internacional, se evidenciou bem pouco favorável, alinhos aqui com a tranqüila satisfação íntima de quem está seguro de haver cumprido o seu dever, sem desfalecimentos quaisquer nem compromissos secundários de qualquer ordem, antes atento apenas aos superiores interesses de nosso povo e da nação brasileira, tais como delineados na perspectiva governamental — imperfeita por certo, mas indubitavelmente honesta e serena.

Em pronunciamento à Nação, feito no limiar de 1979, busquei caracterizar a conjuntura internacional em palavras que bem merecem aqui lembradas.

Dizia eu:

«O quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. Poucos avanços foram alcançados com vista à solução de graves e persistentes conflitos políticos, econômicos e sociais, declarados ou em estado potencial entre países e no âmbito interno de muitos destes. Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1973. Na verdade, os últimos cinco anos representaram, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil de que se tem registro desde a 2.<sup>a</sup> Guerra.

«Nos países industrializados, as taxas de crescimento do produto real caíram à metade, enquanto duplicavam as da inflação, comparativamente aos dez anos precedentes. Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. Palavras que pareciam banidas da descrição das economias modernas, como recessão, desemprego e protecionismo, ressurgiram ameaçadoramente nos países desenvolvidos.

«Era inevitável que esse quadro se refletisse desfavoravelmente sobre o Brasil, dado o alto grau de interdependência dos países, característico dos dias atuais e

agravado pelos nossos próprios problemas internos, dentre os quais avultam os decorrentes do crescimento demográfico de 3.000.000 de pessoas anualmente e, pois, a responsabilidade de atender às necessidades de 60 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e de criar 1 milhão e 300 mil novos empregos todo o ano.»

E concluía, para 1978, em termos que se podem estender a todo o período de meu mandato governamental:

«Não obstante, ... conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países. Tivemos ordem interna, bom relacionamento com o exterior, moderado mas efetivo progresso econômico e social e avanços marcantes na área do desenvolvimento político.»

\*

\* \*

*De fato, no campo econômico, durante os últimos cinco anos, a economia continuou crescendo, em ritmo embora menos intenso do que o registrado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis seqüelas sociais; procurou-se obter, gradativamente, o reequilíbrio do balanço de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se aumento real no seu poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminharam soluções promissoras para os desequilíbrios gerados no setor externo, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais*

*inevitáveis da opção estratégica adotada — expansão da dívida externa, persistência da inflação — foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego.*

*Os principais resultados econômicos alcançados com a execução da estratégia de desenvolvimento posta em prática em 1974-1978 foram, globalmente, satisfatórios.*

*O produto interno bruto (PIB) atingiu, em 1978, US\$ 192 bilhões (preços de 1978) crescendo, de 1973 a 1978, 41% — 7,1% ao ano —, enquanto o dos principais países em desenvolvimento cresceu cerca de 13%, no mesmo período (2,5% anualmente).*

*O PIB per capita cresceu 23%, em cinco anos (4,1% ao ano), atingindo, em 1978, US\$ 1,650.*

*O investimento bruto fixo cresceu, em 1973-1978 — 51%; o consumo global — 45%; o produto da indústria — 46%; o da agropecuária — 26% (para um crescimento da população, no mesmo período, de 15%).*

*As exportações apresentaram crescimento de 104%, em dólares correntes, entre 1973 e 1978, apesar do pequeno dinamismo do comércio internacional e da grande escalada protecionista em muitos países desenvolvidos; o crescimento das exportações de manufaturados foi da ordem de 254%, elevando-se sua participação, nas exportações, de 23% em 1973 para 40% em 1978.*

*Em contrapartida, o valor das importações em dólares correntes foi mantido virtualmente constante entre 1974 e 1978, reflexo tanto da contenção como do esforço de substituição de mercadorias importadas.*

O *deficit* da balança comercial decresceu de US\$ 4,7 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976 e apresentou ligeiro *superavit* em 1977. O *deficit* de 1978, de US\$ 1 bilhão, deveu-se aos reflexos, principalmente sobre as exportações, das secas que castigaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja.

O *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos, de US\$ 7,1 bilhões em 1974, reduziu-se para US\$ 3,9 bilhões em 1977 e US\$ 5,7 bilhões em 1978.

Em consequência da estratégia de reequilíbrio gradual do balanço de pagamentos, a dívida externa bruta inclusive a das empresas privadas atingiu, em 1978, US\$ 43 bilhões; no entanto, é de ressaltar-se que as reservas do País alcançaram US\$ 12 bilhões em 1978, com a dívida externa líquida equivalendo, portanto, a US\$ 31 bilhões (2,5 vezes o valor das exportações, em 1978). Ademais, o problema do endividamento externo atenuou-se tendo em vista seu adequado perfil de amortização.

Fora outro o desempenho da agricultura — cujo produto decresceu 1,8% em 1978, relativamente a 1977 — e teria sido possível reduzir ainda mais a inflação, que diminuía de 46,3% em 1976 (Índice Geral de Preços) para 38,8% em 1977, elevando-se para 40,8%, em 1978. Importante é ressaltar, a propósito, que, o ano passado, enquanto o Índice de Preços por Atacado apresentou elevação de 42,3%, o aumento dos produtos industriais nele incluídos foi de 39,9%, enquanto os preços agrícolas cresceram 47,6%.

Mais alguns dados estatísticos, respigados da ampla enumeração constante do corpo desta Mensagem,

valem aqui alinhados ainda, setoriais embora, por sua significação especial no permitir avaliação mais correta do esforço realizado, durante o quinquênio, no campo econômico.

Assim, na agricultura, mencione-se que a área cultivada se expandiu em cerca de 7 milhões de hectares, a metade dos quais através do desenvolvimento surpreendente dos cerrados pelo programa do POLOCENTRO. A assistência técnica ao homem do campo passou a exercer-se já em 3.100 municípios, mobilizando um total de quase 10.000 especialistas. Na comercialização, só o sistema de Cadeias Voluntárias está em condições de atender, agora, a um potencial de 38,5 milhões de consumidores. E, no armazenamento, a capacidade estática da armazenagem a meio ambiente cresceu 108%, enquanto a armazenagem a frio aumentou de 85%.

Por outro lado, procurou-se ativamente a regularização fundiária, discriminando-se, no período, 23 milhões de hectares e entregando-se 103.000 títulos de posse da terra.

No campo industrial, elevou-se significativamente o índice de nacionalização de máquinas e equipamentos, entre 1973 e 1977, passando: de 67 para 96 no setor das máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes; e de 30 para 80% em turbinas e geradores. Enquanto no exterior a produção siderúrgica estagnou-se, entre nós veio a apresentar um crescimento de 69%. Os índices de expansão foram de 117% no setor petroquímico de base; de 305%, para fertilizantes fosfatados; de 175% tanto em soda cáustica como em cloro; e de 72% na produção de cimento.

Quanto ao setor energético, as reservas de petróleo, apesar da atividade muito acrescida em pioneiras áreas *off-shore*, expandiram-se de apenas 44%, o que, considerada de outro lado a crise mundial altamente preocupante, levou o Governo à grave decisão de promover contratos de risco com as necessárias salvaguardas. A capacidade de refino elevou-se, no entanto, de 73%, atingindo a marca de 1.265.000 barris/dia.

Em energia elétrica, a potência instalada cresceu de 65% atingindo 25,4 milhões de KW; em comparação, as grandes obras e projetos em curso virão praticamente a duplicá-la, com os 12,6 milhões de Itaipu e 3,3 milhões das usinas nucleares de Angra dos Reis.

O uso de carvão mineral nas indústrias ampliou-se, intensificando-se também a pesquisa, com o que as reservas triplicaram (de 6,8 a 21 bilhões de toneladas), em boa parte minério de qualidade superior.

Outras alternativas de energia mereceram atenção redobrada, tanto o xisto com a usina de processamento de São Mateus (8.000m<sup>3</sup> de óleo por dia), quanto o álcool cuja produção se acresceu de 3 bilhões de litros e deverá atingir 5 bilhões de litros dentro de três anos.

As reservas de urânio, medidas e inferidas, totalizam hoje 124.000 toneladas métricas. E o projeto de Poços de Caldas para produção de diuranato de amônio (yellow cake) continua em sua implantação.

No setor dos transportes, assinala-se que a média anual de toneladas-quilômetro úteis cresceu 59%, atingindo 22,4 bilhões, o que, considerada a redução de pessoal da Rede Ferroviária de 113 mil para 92 mil empregados, traduz um notável aumento de 123% na produtividade do sistema.

Em comunicações, elevado foi o grau de eficiência atingido. O total de telefones em serviço passou de 2,4 milhões em 1973 para 5,8 em 1978, enquanto a rede de telex cresceu de 4.000 terminais em 1974 para 24.000.

\*

\* \*

No *campo social*, pode-se afirmar ter sido satisfatório o grau de desenvolvimento alcançado, a despeito das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

No que respeita ao emprego, destaque-se a criação, no período 1973-1978, de cerca de 5,4 milhões de empregos (mais de 1 milhão de novos empregos por ano). Enquanto a população total do País crescia 101,4 milhões para 116,4 (aumento de 15%), a população ocupada crescia, pelas estimativas disponíveis, de 31,8 milhões para 37,2 milhões (aumento de 17%).

Observou-se, ademais, grande redução da pobreza absoluta, tanto para pessoas como para famílias, no meio rural como no urbano. O número de pessoas ocupadas com rendimento de até 1 maior salário mínimo reduziu-se de 16,0 milhões em 1970 para 13,8 milhões em 1972 e 12,7 milhões em 1976. O número de famílias com renda de até 2 maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 11,3 milhões em 1972 e 10,4 milhões em 1976 (69%, 62% e 46%, respectivamente, do total de famílias).

Observe-se ainda que, entre 1970 e 1976, houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6%, no caso do Rio de Janeiro.

Constate-se, também, que, a despeito de permanecer elevadas as desigualdades pessoais na distribuição da renda, há indicações de que a tendência observada de seu agravamento, entre 1960 e 1970 — prolongando-se até 1972 — estaria se modificando sensivelmente nos últimos anos. Ademais, o crescimento da renda média dos mais pobres, entre 1972 e 1976, foi maior que a dos mais ricos. Nesse período, de acordo com os dados disponíveis, por exemplo, para a população economicamente ativa urbana com renda, o aumento médio real, para todas as classes, foi de 15%. Os dois decis mais pobres, no entanto, apresentaram aumento real de 46 e 43%, enquanto os dois decis mais ricos tiveram crescimento de renda de 19 e 14%.

Quanto aos gastos públicos nos setores sociais, cabe referir a realização, em 1974-1978, pela União e pelos Estados, de dispêndios em valorização de recursos humanos (educação, saúde, saneamento, trabalho e treinamento profissional) da ordem de Cr\$ 766 bilhões (preços de 1978). Em educação e saúde, os dispêndios da União cresceram 106% e 138%, respectivamente, em termos reais, entre 1973 e 1978.

Na execução da política de integração social, foram despendidos, em 1974-1978, pela União, em previdência social (exclusive assistência médica) cerca de Cr\$ 573 bilhões (a preços de 1978), com crescimento real de 132%, entre 1973 e 1978. Nos programas habitacionais do BNH, foram aplicados, no quinquênio, Cr\$ 456 bilhões (preços de 1978), com crescimento real de 106% entre 1973 e 1978. Com a reformulação do PIS—PASEP, foi possível, em 1977, distribuir abono

salarial anual (14.º salário), no valor de um salário mínimo regional mensal, a 6,4 milhões de trabalhadores. Em 1978, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores retiraram esse benefício.

Os resultados alcançados foram devidos, em grande parte, à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho, e à reestruturação de fundo introduzida no sistema da previdência e assistência social, com a unificação de serviços e controles integrados. Só assim foi possível atender a uma clientela que cresceu vertiginosamente — os segurados urbanos passando de 12 a 23,4 milhões e a população atendida pela assistência, de 37,9 a 62,9 milhões, tendo sido pagos, só em 1978, 125 milhões de benefícios.

Por outro lado, o desenvolvimento social urbano apresentou grande progresso. Os domicílios com abastecimento de água aumentaram do índice percentual de 63 para 77; o esgoto sanitário beneficiou 43% dos domicílios; e quase a 90% atingiu o total de residências servidas por energia elétrica.

Atesta o que foi todo o esforço realizado nos setores de saúde, através de campanhas de vacinação em massa, de combate intensivo às endemias e do saneamento urbano e rural, do trabalho, educação, desporto e lazer, o fato de que a expectativa de vida média do brasileiro subiu de 59 anos em 1973 para 63 anos em 1978. Saliente-se, ademais, que, em São Paulo, a mortalidade infantil decresceu de 8,6 para 6,7 por mil.

\*

\* \*

No *campo internacional*, a política externa brasileira desenvolveu-se em cenário marcado por elevado grau de instabilidade. A par de persistente crise econômica que a todos os países afetou, a política internacional caracterizou-se pela busca, às vezes traumática, de novos equilíbrios político-estratégicos, nos planos global e regional.

As conseqüências dessa crise internacional e das reações desorganizadas e inconstantes que ensejou foram sentidas, de forma particularmente aguda, pelos países em desenvolvimento.

Embora a reestruturação da economia mundial seja premissa indispensável à retomada de um crescimento sustentado e estável, escassos progressos foram alcançados nesse caminho e, especialmente, nos esforços para a criação de condições internacionais que contribuam para a superação das desigualdades políticas e econômicas que separam países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre estes, só alguns poucos — inclusive, felizmente, o Brasil — puderam reunir condições materiais satisfatórias e a determinação política de combater a estagnação e a pobreza.

Por outro lado, desenvolveram-se, em íntima conexão com a instabilidade da economia internacional, variáveis políticas que, em seu conjunto, anularam os esquemas bipolares de poder. A influência cada vez mais marcante de diversos centros de irradiação política e econômica, tanto no mundo industrializado, quanto em outras áreas, é fenômeno que não pode ser ignorado. Refiro-me não apenas à renovada vontade política que os países da Europa Ocidental e o Japão hoje demonstram, mas também à emergência interna-

cional da República Popular da China. Refiro-me, ainda, a vários países em desenvolvimento, cuja acrescida capacidade política e econômica os credencia a participar, de modo mais direto e atuante, nas decisões internacionais. Esse processo de redistribuição de responsabilidades, que inicialmente afetava apenas algumas situações regionais, já agora contribui, de maneira importante, para a transformação do próprio equilíbrio global.

Ao lado desses fatores de dinamismo, porém, subsistem situações que dificultam a evolução da política internacional. O próprio abrandamento das tensões internacionais, ou seja a détente, que, de início, parecia um primeiro estágio na busca de uma ordem internacional mais segura, transformou-se numa estrutura de longa duração, baseada em permanente rivalidade nuclear, no congelamento da situação européia e na competição pela influência no Terceiro Mundo, particularmente na África Meridional e no Oriente Médio. Acima dos persistentes confrontos e conflitos localizados, continua suspensa sobre toda a humanidade a ameaça de destruição decorrente da corrida armamentista nuclear, principalmente entre as superpotências.

A execução da política externa do Governo foi influenciada, como é natural, pelo contexto que acabo de referir. Os países da América Latina, como os de outros quadrantes, sofreram as conseqüências da crise econômica, assim como enfrentaram as mutações que marcaram a política internacional. Em nossa região, surgiram ou recrudesceram questões litigiosas, cujo correto encaminhamento desafiou a capacidade política e o sentimento de solidariedade das Américas.

Os fundamentos da política externa brasileira, porém, jamais deixaram de ser a soberania, o desenvolvimento, a paz e a segurança.

Para sua consecução, declarei, desde os primeiros dias, que meu Governo deveria praticar uma diplomacia pragmática, responsável e ecumênica. Fixei, nesse contexto, prioridade especial para as relações com nossos vizinhos d'aquém e d'além mar, da América Latina e da África, ao mesmo tempo que adotei a diretriz de evitarmos alinhamentos automáticos, fazendo correções de curso quando se tornassem necessárias.

Com as nações irmãs da América Latina, procurou o Brasil intensificar e expandir todo o tipo de relações de cooperação e intercâmbio, esforço esse que muito se beneficiou das coincidências que naturalmente existem entre povos, a todos os títulos, tão próximos.

Foram importantes os êxitos dessa política. O Brasil participou de maneira aberta e construtiva do diálogo multilateral latino-americano, bem como procurou colaborar para a paz e desenvolvimento da região. Com nossos vizinhos do Prata e da Amazônia, com o Chile e Equador, com os países da América Central e do Caribe e com o México, buscou o Governo executar empreendimentos bilaterais de importância e de benefício mútuo e equilibrado. Merece igualmente relevo o esforço que realizamos no contexto do Sistema Econômico Latino-Americano. Pôde, ainda, o Brasil tomar a iniciativa de unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região.

A política africana assentou-se na apreciação objetiva das vicissitudes que cercam o processo de emancipação dos países submetidos à dominação colonial e na consciência de que afinidades e convergências de toda ordem militam em favor do desenvolvimento e consolidação dos laços de fraternidade entre brasileiros e africanos.

Ligado à África pelo Atlântico, não poderia o Brasil deixar de interessar-se profundamente pelas aspirações dos povos daquele continente. O Governo afirmou suas decididas convicções anti-colonialistas e apoiou os esforços em favor da independência da Namíbia e do estabelecimento de um regime de maioria no Zimbábue, assim como manifestou seu repúdio às políticas e práticas racistas e à interferência estrangeira. Tempestivamente o Brasil reconheceu os Governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, com eles, estabeleceu relações diplomáticas. Teve, assim, início um promissor relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais nos sentimos particularmente ligados.

Com relação aos países do Ocidente, nossa política externa foi especialmente ativa. O Brasil é historicamente parte do mundo ocidental. Com os Estados Unidos da América, principal país do Ocidente, nossas relações passaram por um processo de atualização e dinâmico reajustamento, dentro de um espírito de amizade e franqueza. É natural que o crescimento da presença internacional do Brasil seja acompanhado por dificuldades em nosso relacionamento, até com países que nos são próximos. Por isso mesmo, o Governo

procurou dispensar, às complexas relações que mantemos com os Estados Unidos da América, um tratamento que ensejasse a identificação mais fluente das áreas de coincidência e que permitisse o diálogo aberto, mas sereno, sobre questões onde houvesse divergência. Esse foi o sentido dos mecanismos de consulta, em alto nível, criados pelo Memorando de Entendimento de 1976, os quais se revelaram úteis nos momentos em que dificuldades bilaterais efetivamente surgiram.

Nossas relações com o Canadá, fortaleceram-se inclusive no campo político.

Por outro lado, conheceram importantes desenvolvimentos nossas relações com os países da Europa Ocidental, até então marcadas predominantemente por seu conteúdo econômico. Às visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também uma capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente. Devo ressaltar, especialmente, o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado com a República Federal da Alemanha, que nos permite o acesso às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear. A capacidade brasileira de resistir aos obstáculos internacionais opostos à implementação desse Acordo e de desfazer os equívocos em que os mesmos se baseavam é cabal demonstração do amadurecimento de nossa política externa, granjeando o respeito da comunidade internacional.

Reforçaram-se, igualmente, as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Nosso país afirmou, de maneira clara, sua posição quanto à questão que separa árabes e israelenses. Afirmou o Brasil o direito de todos os Estados da Região a viver em paz e segurança, dentro de fronteiras reconhecidas. Sempre que necessário, o Governo brasileiro manifestou-se, em escala universal, contra a ocupação de territórios pela força, assim como reafirmou seu reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e à soberania. Defendeu o Brasil a aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança e manifestou-se favorável à solução da questão do Oriente Médio por meios pacíficos.

Na Ásia, intensificaram-se as relações com o Japão, que é hoje um dos mais importantes parceiros do Brasil. O reconhecimento da República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na evolução da política externa brasileira e abriu para o País novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio. Estreitaram-se as relações comerciais com a Austrália, a Indonésia e as Filipinas.

No *plano econômico*, o maior desafio da política externa foi conter o *deficit* de nosso balanço comercial e atuar sobre o *deficit* de serviços. Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos. Nas organizações econômicas internacionais, defendemos, com ênfase, acordos de produtos primários que garantam receitas estáveis de exportação, acordos tarifários que assegurem o acesso de nossas ma-

nufaturas ao mercado internacional, bem como sistemas de pagamentos internacionais e regras de movimentação de capitais, que nos sejam mais benéficos.

As estruturas das relações econômicas internacionais, nas quais se inseriu a crise energética, tornaram flagrante a vulnerabilidade das economias nacionais, em graus diversos, às oscilações do sistema econômico mundial. No entender do Governo, é particularmente inquietante verificar que os sacrifícios reais terminam por ser absorvidos pelas populações das áreas menos favorecidas. Por essas razões, pronunciou-se o Brasil, com insistência, em favor do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

\*

\* \*

No campo político interno, preocupação dominante foi a de aperfeiçoamento das instituições, sem pôr em risco a paz e a ordem, adotando-se processo gradual, em consonância com a filosofia seguida desde o início do quinquênio que hoje termina.

Eis porque tanto se empenhou o Poder Executivo em realizar uma Reforma do Judiciário que atendesse a velhos e insistentes reclamos, tendo já sido dado o primeiro passo através de emenda constitucional, mas aguardando-se ainda sua complementação pela Lei Orgânica da Magistratura em exame no Congresso Nacional.

Por outro lado, em plano distinto mas não menos essencial, promoveu-se a redivisão territorial do país buscando solução aos problemas de duas de suas áreas

mais críticas, através da fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e da muito ansiada divisão de Mato Grosso.

Entre os passos significativos que foram dados no correr do período, até 1977, vale citar, por certo, as eleições de 1974 e 1976, a primeira para renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, e a segunda, de âmbito municipal, ambas realizadas com todas as franquias para os candidatos e o eleitorado.

O ano de 1978 foi, sem dúvida, o de mais amplos debates políticos, dos quais participaram não apenas os titulares de mandatos eletivos e os candidatos que disputaram as preferências populares, mas toda a comunidade nacional, através de livres manifestações pela imprensa que exerceu o seu papel de veículo de idéias e de esclarecimentos à opinião pública.

Fato relevante foi a iniciativa do Governo enviando ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição, promulgada a 13 de outubro, que, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos legisladores e magistrados, revogou os atos institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968. Encontrando-se em plena vigência e aplicação efetiva, a Emenda n.º 11 representa, indiscutivelmente, mais um importante avanço no sentido da institucionalização do regime e do aprimoramento democrático.

Abolidas as penas de morte e de prisão perpétua e o banimento, cuidou o Governo de propor ao Poder Legislativo alterações substanciais na Lei de Segurança Nacional, do que resultou, em meio a modificações diversas, o abrandamento de penas consideradas excessivas.

Seguiram-se duas outras providências de inquestionável relevância: a revogação do banimento a que estavam submetidos diversos brasileiros — o que correspondeu ao propósito da Emenda Constitucional n.º 11 — e a declaração de extinção da Comissão Geral de Investigações.

As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores dos Estados e Senadores por via indireta, bem como aquelas que renovaram as Assembleias, a Câmara dos Deputados e um terço do Senado, realizaram-se em clima geral de respeito e de ordem, sob a direta e vigilante fiscalização da Justiça Eleitoral, assinalando-se, no pleito de 15 de novembro, comparecimento em massa às urnas, numa demonstração do vivo interesse do povo pelos destinos da Nação.

A ARENA recebeu o maior número de votos de legenda, lídima expressão partidária; fez maioria em 18 Assembleias e conquistou representação paritária em uma delas, enquanto o MDB obteve maioria em apenas 3 dos órgãos legislativos estaduais. O partido do Governo elegeu 15 Senadores e a oposição somente 8, o que reforça o convencimento de que a ARENA teve excelente desempenho eleitoral.

O atual estágio de civilização faz com que as sociedades humanas se tornem sempre mais exigentes, visando à conquista de novas oportunidades e melhor padrão de vida. Em consequência, o complexo desafio que se tem pela frente, como país em desenvolvimento, torna-se ainda mais grave com a convivência de um processo de distensão política, porque, como é natural, exacerbam-se as reivindicações — muitas vezes desorde-

nadas — como resultado freqüente de manifestações demagógicas. É indispensável, portanto, evitar esse tipo de ação política, afastando-se qualquer pretexto de retorno aos erros e fantasias superadas pela racionalidade dos governos da Revolução de março de 1964.

\*

\* \*

Eis por que, reafirmando agora, perante o Congresso Nacional, conceitos antes expendidos em mensagem à Nação, vale bem salientar:

«Justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de amplias franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar conforto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da Segurança Nacional.

«E isso se não bastassem a coesão e fidelidade das Forças Armadas em seu papel constitucional de tranqüilas guardiãs da República, ao lado da robusta consciência patriótica de nosso povo.

«E haveremos de implantar, na vida nacional, padrões cada vez mais elevados de dignidade e de eficiência democráticas, ajustando corretamente os dois vetores básicos — o das franquias individuais e o da participação responsável de cada um no processo decisório das coletividades que integram, em vários níveis, o organismo nacional.

«Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos

— término de todo um longo período autoritário de exceção, de que não houve como eximir-se a Nação — e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro.

Com sadio otimismo encaramos, assim, o futuro que de nós se aproxima, confiantes em que 1979 será um ano de sólidas realizações e nítidos avanços no progresso integrado desta nobre Nação brasileira, sob a gestão, em breve, de um novo Governo ao qual desejamos êxito pleno.»

